Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas

Portuguese national coat of arms as printers devices

Artur Anselmo

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2409>

DOI: 10.4000/cultura.2409

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2014

Paginação: 157-168

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Artur Anselmo, « Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas », *Cultura* [Online], Vol. 33 | 2014, posto online no dia 21 abril 2016, consultado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2409> ; DOI : 10.4000/cultura.2409

Este documento foi criado de forma automática no dia 30 Abril 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas

Portuguese national coat of arms as printers devices

Artur Anselmo

- 1 A incorporação das armas nacionais portuguesas nas portadas dos livros impressos em Portugal, desde os alvares da tipografia até aos fins do século XVI, é um facto absolutamente normal. No ponto de vista da Heráldica, dir-se-ia que os impressores assumiam papel semelhante ao dos *arautos* e dos *passavantes* colocados sob a autoridade do *rei-de-armas*. Humildes oficiais mecânicos, sem fumaças de brasonagem, os primeiros tipógrafos acolhiam-se ao mecenato da Casa Real ou das famílias abastadas, e eles próprios usavam a sua arte para homenagearem os seus patrocinadores, imprimindo em lugar de destaque os símbolos nacionais ou os brasões de famílias nobres. Sucedeu isso também na generalidade dos países europeus, e mais ainda naqueles em que a identidade nacional era mais viva.
- 2 Aliás, o que se passa na tipografia não é senão uma forma particular de apoio à disseminação dos símbolos nacionais, que encontramos igualmente nas filigranas de papel, nos selos pendentes da correspondência oficial, nas moedas e nas iluminuras, para não falarmos das pedras-de-armas. Intencionalmente ou não, a verdade é que a incrustação dos símbolos nacionais na memória colectiva só podia fazer-se com êxito recorrendo às armas falantes. Como lembra algures Armando de Matos – sem dúvida, um dos mais autorizados especialistas destas questões no século XX –, “a Heráldica documenta a História e esta, por sua vez, valoriza-a. Envolve-a no seu simbolismo próprio e assim, geralmente, um escudo de armas é uma página da vida histórica da Nação” (*Manual de Heráldica Portuguesa*, p. 19).
- 3 Obviamente, os primeiros testemunhos de autonomia heraldística aparecem na esfragística portuguesa e na numismática. Ora, de todos os emblemas caracteristicamente portugueses, o mais vulgarizado no numerário é o das quinas dispostas em cruz: vemo-lo já no *morabitino* de D. Sancho I, nos tornezes e barbudas de D. Fernando, nos reais de D.

João I, nos escudos de D. Duarte, assim como nos cruzados de D. Afonso V e de D. João II. E, já em tempos de tipografia, os *portugueses* (assim se chamaram as moedas de ouro que Vasco da Gama levava a bordo das primeiras naus que foram à Índia) atestavam a identificação do reino de Portugal com as suas armas: cinco escudetes postos em cruz, cada um dos quais carregado com cinco besantes em sautor, e bordadura carregada com sete castelos.

1

2

3

4

5

6

7

8

- 4 Os impressores alemães trabalharam em Portugal a partir de 1495, sendo embora estrangeiros, não só aprenderam a língua portuguesa, a ponto de não tardarem a escrevê-la com desenvoltura (basta pensarmos em Valentim Fernandes da Morávia, “ex natione germanum”, como orgulhosamente se considerava), mas também espalharam profusamente, nas portadas dos livros que imprimiram, as armas de Portugal. Sucedeu isso, por exemplo, na edição dos *Autos dos Apóstolos* (Fig. 9), saída dos prelos de Valentim Fernandes em 1505, sob o patrocínio material da rainha D. Leonor, viúva de D. João II. Reinava então D. Manuel, irmão da rainha, o que justifica a presença dos emblemas de ambos ladeando as armas de Portugal: a esfera manuelina à esquerda e a rede de pescador que D. Leonor tomara como divisa pessoal após a morte do seu filho e príncipe-herdeiro, o infante D. Afonso.

9

- 5 Já na *Vita Christi*, impressa em 1495 pelo mesmo Valentim Fernandes, a rede de pescador (por sinal, invertida) figurava ao lado da divisa real do pelicano, emblema de D. João II, que este começara a usar sendo ainda príncipe (Figs. 10 e 11). O pelicano, “ave rompente sangue no peito para sustentamento e criação de seus filhos, que no ninho tem consigo”, como a caracteriza o cronista Rui de Pina, marca as intenções paternalistas do rei para com os seus súbditos, mas o sentido global da imagem completa-se no moto “Pola lei e pola grei”, isto é, ao serviço do direito e da religião, para bem do povo.

10

11

- 6 As representações da esfera armilar, símbolo que Damião de Góis diz ter sido escolhido por D. João II para com ele presentear o cunhado D. Manuel, duque de Beja, quando este, sendo então jovem, hesitava na escolha do seu emblema pessoal, são muito frequentes em livros portugueses, não apenas no século XVI mas também em épocas posteriores. Numa delas surge a frase “Spera in Deo [confia em Deus] et fac bonitatem [e espalha a bondade]” (Fig. 12). Com a esfera dá-se um caso surpreendente: chegou mesmo a ser usada, senão como marca, ao menos – e repetidas vezes – como elemento decorativo das impressões parisienses do tipógrafo francês Gillet Hardouin (Fig. 13). Encimada pelas armas de Portugal, estas com bordadura de doze castelos (isto é, anteriores à reforma de 1485, pela qual os castelos foram endireitados e reduzidos a sete), a esfera usada por Gillet Hardouin é aquela que tem na eclíptica as letras M.R.O.E., abreviatura de “Maximus rex orbis Emmanuelis”, proposta em duas obras minhas.

12

13

- 7 Voltando às armas portuguesas, vem a propósito recordar um facto já salientado pelo meu colega João José Alves Dias na excelente introdução à edição fac-similada do *Livro de Horas de Nossa Senhora*, impresso em 1501, por Narcisse Brun, em Paris. Refiro-me ao decalque da gravura das armas de Portugal, utilizada pelos impressores Valentim Fernandes e João Pedro Buonhomini de Cremona, na portada do referido *Livro de Horas*, o que evidencia a íntima associação sémica estabelecida, na mentalidade dos impressores

estrangeiros, entre Portugal, a língua portuguesa e o brasão do país que então começava a dar novos mundos ao Mundo (Fig. 14). Ainda acerca das armas nacionais, talvez valha a pena observar com atenção a gravura impressa no volume I das *Ordenações* na edição de 1514: o corpo do brasão é idêntico ao anterior, mas a coroa é substituída por um conjunto de elmo e timbre, o primeiro com viseira onde avultam cinco quinas em aspa, cada uma com seu losango ao centro, e o segundo com um animal quimérico do tipo do dragão (Fig. 15).

14

15

- 8 Outra particularidade interessante da representação icónica das armas reais portuguesas, em livros impressos nos princípios do século XVI, é a presença, na portada do *Regimento*

dos *Oficiais das cidades, vilas e lugares destes Regnos* (obra executada na oficina de Valentim Fernandes, em 1504), de dois anjos como figuras tenentes do brasão coroado português (Fig. 16). Por coincidência fortuita ou por intenção deliberada do impressor (ele próprio escudeiro de D. Leonor, a “rainha-velha”), é neste mesmo ano de 1504 que o rei D. Manuel e os bispos portugueses solicitaram ao papa Leão X a instituição da festa do Anjo Custódio do Reino, pedido que foi prontamente aceite, sendo certo que o culto prestado ao Anjo Custódio vinha já do século XV.

16

- 9 Os heraldistas mais reputados – como Franz-Paul de Almeida Langhans – consideram que “as figuras humanas não são propriamente heráldicas” e restringem o seu uso ao campo exterior dos escudos. Ainda segundo o mesmo especialista, “as figuras humanas inteiras utilizadas como *tenentes* dos escudos são muito variadas e livres de qualquer disciplina heráldica” (*Heráldica*, pp. 133-135). Exemplos dessa utilização da figura humana suportando as armas nacionais não se encontram em Portugal, mas sim no estrangeiro: é o caso dos indígenas que figuram em duas edições alemãs saídas dos prelos de Johann Weyssenburger, em Nuremberga, no ano de 1507: (uma em latim e outra em alemão), da *Gesta proxime per Portugalenses* (“Feitos recentes dos Portugueses na Índia, África e outras terras do Oriente”) (Fig. 17). E é também o caso da portada da tradução alemã do *Mundus Nouus*, de Américo Vespúcio, aparecida em Basileia em 1505: aqui, a figura tenente do escudo de Portugal é um guerreiro coroadado, de espada embainhada e empunhando um ceptro na mão direita, enquanto a esquerda segura o escudo das armas portuguesas (Fig. 18).

Besta proxime p Portugaleñ. in In
 dia. Ethiopia et alijs orientalibus terris. a serenissimo Emanuele
 portugali rege ad R. d. d. G. p. m. portuoi sacroscti Ro. ecclie
 cardinali portugali. missa. et de eiusde dñi Cardinalis mada-
 to honorabili viro Petri Alfonsi alherio decretoru doctore ac
 eiusde dñi Cardinalis prefati capellani industria et correctioe in
 urbe edita.

17

Von der neu gefunden
 Region so wol ein welt genempe mag werden/
 durch den Cristlichen Künig / von Portugal/
 wunderbarlich erfunden.

18

- 10 Quem esteja familiarizado com a bibliografia estrangeira dos Descobrimentos, no primeiro quartel do século XVI, não pode deixar de notar a posição cimeira que o espaço geográfico de língua alemã ocupa na divulgação – geralmente cuidada, minuciosa mesmo – dos acontecimentos relacionados com Portugal, seja no próprio continente europeu, seja no ultramar. Que esses acontecimentos tinham projecção invulgar, a ponto de sugestionarem os próprios impressores, percebe-se quando olhamos para a portada da tradução alemã da *Carta de D. Manuel* ao papa Leão X acerca das vitórias portuguesas na

Índia e em Malaca, espécie sem indicações tipográficas, mas provavelmente impressa em Nuremberga à roda de 1513 (Fig. 19).

19

- 11 Entretanto, em Portugal, a qualidade estética dos livros saídos dos prelos nacionais tornava-se cada vez mais marcante, apesar do reduzido número de edições que aqui se produziam, em comparação com a crescente industrialização do movimento editorial noutros países europeus.
- 12 Curiosamente, ao contrário do que sucede nos primeiros anos do reinado de D. Manuel, as marcas tipográficas dos impressores deixam de publicar-se nos livros que estes executam, raras vezes por sua conta e risco e, cada vez mais, por encomenda da Casa Real ou de alguns mecenas. Em resultado desta situação e da projecção mundial do país, as obras de maior riqueza iconográfica ostentam invariavelmente nas portadas as armas reais e o emblema pessoal do monarca (Figs. 20, 21, 22, 23, página seguinte).

20

Este quarto das ordenações com sua ta-
uoadã e a signa os titulos e folbas e tra-
tafelle dos cōtrautos e dos qualy con-
trautos e dos testamētos nonamente corregido
na segunda empiçam. p. de especial mado do
muy alto e muy poderoso senor: Rey dom ad-
aniel enuencido.

Com preuilegio de sua alteza.

21

22

23

- 13 A este respeito, é elucidativa a página de título da *Breve doutrina e ensinaça de príncipes*, impressa por German Galharde em 1525 (Fig. 24). D. Manuel morrera em 1521, o novo rei (D. João III), a quem o livro, aliás, é dedicado, estava no poder havia já quatro anos, mas o centro da portada é ocupado pela esfera manuelina. E, até ao terceiro quartel do século XVI, as armas de Portugal estarão presentes em quase todas as portadas. Uma vez, as armas aparecem com adequada motivação dos textos das obras, como faz German Galharde em 1526 (Fig. 25). Outras vezes de uma forma discreta, como acontece na

portada do *Modus curandi cum balsamo*, obra de cerca de 1530 (Fig. 26). Dez anos depois (em 1540), Luís Rodrigues, que em Paris se abastecera de algumas das mais belas vinhetas ornamentais, a fazerem esquecer o estilo pesadão e farfalhudo das portadas de Hermam de Campos, ensaia um pórtico renascentista na edição do *De patientia christiana*, de Jorge Coelho (Fig. 27). Decorridos três anos (em 1543), o mesmo Luís Rodrigues não hesita em aporuguesar as *Obras de Boscán e Garcilaso de la Vega* com um brasão em que a falta explícita do elmo é compensada por um timbre fogo e agressivo, tudo cercado de ornatos que dir-se-iam inspirados na decoração de capitéis românicos (Fig. 28).

24

25

14 28

- 15 Em 1555, a ilustrar a portada da Crónica do imperador Clarimundo, donde os reis de Portugal descendem, da autoria de João de Barros, o bom do imperador, de pé, tem ao colo a águia bicéfala do Sacro Império Germânico, de cujo escudo partem as raízes da árvore pujante e ramalhosa donde emergem os rebentos sucessivos da Casa Real Portuguesa (Fig. 29). Cinco anos depois (em 1560), na falta de elemento decorativo mais explícito, António de Maris, em Coimbra, abona-se às armas de Portugal, como uma espécie de prolongamento icónico do subtítulo da obra de António Tenreiro: *Itinerário ... em que se contém como da Índia o autor veio por terra a estes reinos de Portugal* (Fig. 30).

29

30

- 16 Na década de sessenta (1562) a portada da *Copilaçam* das obras de Gil Vicente, edição promovida pelos filhos do autor com o patrocínio régio, as armas de Portugal são acompanhadas pela esfera armilar (à esquerda) e a cruz de Cristo (à direita) (Fig. 31). O elmo é encimado por uma coroa, detrás da qual nasce o timbre quimérico.
- 17 Finalmente, em 1573, a Universidade de Coimbra, para homenagear um dos seus mais ilustres professores – o sábio Pedro Nunes, aposentado desde 1562 –, autoriza o seu tipógrafo António de Maris a decorar a portada das obras do Salaciense (Nunes nascera em Alcácer do Sal) com o escudo nacional, devidamente coroado (Fig. 32).

31

32

- 18 Em jeito de conclusão, podemos dizer que a utilização das armas portuguesas nas portadas dos livros quatrocentistas e quinhentistas se enquadra no âmbito da heráldica tipográfica, com força expressiva equivalente à dos símbolos pessoais ou familiares, quase sempre porque editores, impressores ou livreiros entendiam que o escudo nacional dignificava sobremaneira o seu trabalho. Neste sentido, aceitavam mesmo prescindir dos seus próprios símbolos individuais, quando os tinham, para se adornarem com as marcas identitárias do país onde exerciam a sua actividade profissional, quer nele houvessem nascido, quer aí tivessem chegado como emigrantes. Com esta particularidade que explica tudo: o país chamava-se Portugal e era então a maior potência do mundo.

ABSTRACTS

Este artigo apresenta e comenta três dezenas de casos de utilização das armas portuguesas nas portadas de livros quatrocentistas e quinhentistas. Esta utilização enquadra-se no âmbito da heráldica tipográfica, com força expressiva equivalente à dos símbolos pessoais ou familiares, quase sempre porque editores, impressores ou livreiros entendiam que o escudo nacional dignificava sobremaneira o seu trabalho.

This article presents and discusses more than thirty cases of use of Portuguese national symbols in the fifteenth and sixteenth century covers of books. Such use falls within the scope of the printing heraldry, with expressive power equivalent to that of personal or family symbols, often because publishers, printers and booksellers understood that the national shield greatly dignified their work.

INDEX

Keywords: heraldry, portuguese coat of arms, printers

Palavras-chave: heráldica, armas nacionais portuguesas, impressores

AUTHOR

ARTUR ANSELMO

CHAM/FCSH-UNL e UAç. Academia das Ciências de Lisboa.

Doutor em Estudos Portugueses pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV) e pela Universidade Nova de Lisboa. Professor jubilado de Língua, Literatura e Cultura Portuguesas, especialidade em História do Livro. Autor de várias obras de referência na sua área científica, a última das quais se intitul História do Livro e Filologia (2015).

PhD in Portuguese Studies, University of Paris-Sorbonne (Paris IV) and Universidade Nova de Lisboa. Professor emeritus of Portuguese Literature, Culture and Language, speciality in the History of the Book. Author of several works of reference in this field, the latest of which is entitled História do Livro e Filologia (2015).